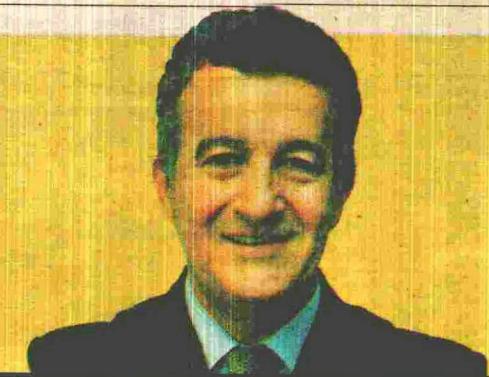


RELATÓRIO D.C.

ROGERIO STUDART

rogerio.studart@brasileconomico.com.br

ECONOMIA - BRASIL



PANORAMA, PARTE 1

Final de ano pede uma reflexão sobre o que foi e o que virá – no caso presente, uma análise do panorama econômico brasileiro. Para quem olha o país de fora, esse exercício é ousado, e só pode ser tratado se juntarmos partes de um quebra-cabeça global. Comecemos hoje com duas peças fundamentais: Estados Unidos e China – ou o chamado G-2.

Primeiramente, é importante entender que a crise de 2008 não foi “simplesmente” um colapso financeiro que derrubou o consumo, o investimento e a produção – com efeitos retardados, mas não menos virulentos sobre as chamadas economias em desenvolvimento. A crise também atingiu em cheio um dos principais elos da dinâmica do crescimento mundial das duas décadas que antecederam: o que liga finanças, gastos e dívidas. Nas economias avançadas, esse elo se refletia na extraordinária alavancagem financeira, que permitiu gastos das famílias muito além da expansão do seu rendimento; e dos gastos do governo muito além das suas bases tributárias. Nos Estados Unidos, por exemplo, este elo foi o que facilitou os booms de consumo e do setor imobiliário, com poupança familiar negativa; e a inédita conjunção entre guerras multibilionárias e redução dos impostos para os que estão entre o 1% mais ricos.

O outro lado dessa moeda foi uma nova divisão internacional do trabalho – sendo o marco mais representativo o crescimento do déficit comercial, dos EUA e de outras economias do Norte, em relação à China. Esse processo se acelerou a partir de 2001 – quando esta última ingressou, com forte apoio norte-americano, na Organização Mundial do Comércio. Apesar da estagnação do salário médio norte-americano, era inevitável que as empresas e a produção de bens de consumo migrassem para uma economia com mão de obra abundante e salários baixíssimos. A China soube aproveitar muito bem essa “relação especial”, promovendo políticas explícitas de *catching-up* e ampliando a sua capacidade produtiva e sua competitividade em quase todo o espectro produtivo – de bens de consumo mais elementares, até setores de maior tecnologia. Porém, o país não pode evitar pelo menos três tragédias do processo: a destruição, de inédita intensidade, de seu meio ambiente e recursos naturais (água e terra, por exemplo); um crescimento profundamente concentrador de renda e riqueza; e um acúmulo de reservas internacionais concentrada em dívida norte-americana e / ou títulos denominados em dólares.

A crise de 2008 colocou em cheque estas inter-relações. Em

primeira instância, gerou uma retração do financiamento e um aumento enorme da aversão ao risco por parte do setor financeiro privado. Isto só não levou a uma contínua retração do consumo e da produção, devido à generosíssima expansão de financiamento público e da injeção (em doses cavalares) de liquidez por parte das autoridades nacionais. Evitar o pior teve custo: o extraordinário crescimento do déficit e dívida públicos. Os EUA, por possuírem a moeda de comércio e finanças internacionais, utilizam-se até agora deste “privilegio exorbitante” para continuar uma das políticas mais expansionistas de sua história republicana – que só se resstringe à política monetária porque a política fiscal foi basicamente travada por uma oposição radical que paralisa todo o processo orçamentário do Executivo. Mas uma grande parte das economias avançadas (especialmente na Europa) já em 2010 iniciou um processo de contenção e reversão do endividamento público – sem contar com o fato de que algumas foram forçadas a radicais ajustes dos gastos públicos como parte dos sempre exagerados ajustes estruturais. Em algum momento, os EUA terá de fazê-lo também.

Qual a implicação desses processos? A primeira é que os ajustes de déficits e de dívidas continuarão a dar o tom dos desenvolvimentos da economia mundial. Daí o grau de endividamento das famílias e governos, e o tamanho da dívida externa das economias avançadas, não se pode ignorar que esse ajuste seja simplesmente interrompido por alguma outra crise de âmbito financeiro. Mas, mesmo que o ajuste seja feito de forma suave, é pouco provável que a dinâmica do crescimento mundial possa se dar a partir de uma expansão do comércio e das finanças como ocorreu nos anos que antecederam a crise.

Mesmo antes da crise, havia evidência de que estava falido o modelo com base na articulação entre finanças, consumo e dívida. Essa foi uma das razões porque uma das principais propostas de campanha de Obama era a transformação da matriz energética e da infraestrutura como parte de um projeto maior de “crescimento verde” – que poderia ter tido efeitos ainda mais impressionantes de re-



novação da dinâmica do crescimento e do avanço tecnológico naquele país. Infelizmente, para os Estados Unidos e o mundo, esses planos foram parcialmente enterrados pela irracionalidade do debate fiscal naquele país. Porém, se os EUA têm tido alguma recuperação, ela tem sido em função das políticas expansionistas já descritas acima – mas também pelo boom de investimento gerado pela revolução no setor energético (por exemplo, extração de gás de folheado – ou xisto, para usar a expressão mais comum). Esse é o resultado de forças de mercado, mas tam-

bém de políticas públicas que facilitaram, e inclusive com financiamento, a prospecção.

Também parece ser essa evidência uma das razões pelas quais a China recentemente resolveu levar adiante, a toque de caixa, o seu antigo projeto de “sociedade harmoniosa”. Depois de passar décadas se valendo do comércio externo e do investimento como alavanca principal do seu processo de crescimento, a China agora aposta em um processo mais voltado para o mercado interno. Joga fortemente, para isso, na ampliação dos gastos das famílias que migram das áreas rurais e mesmo do crescimento populacional – favorecido agora pelo relaxamento da sua política de “um filho (a) por casal”. Mas também aposta na reestruturação da base energética, na infraestrutura e na mudança de tecnologia de produção – não só para evitar um desastre ambiental, mas também como forma de criar novos espaços de investimento e avanço tecnológico. Por se tratar de um “regime de comando” – ou seja, uma economia cujo Estado ainda tem forte controle sobre os fluxos de financiamento e sobre os meios de produ-

ção, é possível que a China tenha sucesso. Porém, não se pode ignorar que enfrentará desafios extraordinários – por exemplo, o fato de que parte significativa da sua água de superfície e subterrânea, e do seu solo, estarem contaminados; ou o desafio de manter o processo de inclusão econômica e social mantendo a “estabilidade política” do regime (afinal, inclusão gera mais cidadania, o que é antagônico com autoritarismo).

Em suma, um breve olhar sobre o que está ocorrendo no G-2 indica que estão em curso no mundo mudanças tectônicas. Há uma tendência a vermos mudanças como sinal de desafios – e esquecermos as oportunidades que se apresentam. Estou convencido que temos mais oportunidades do que desafios – mas antes de apresentá-los, precisamos ainda juntar os de mais pedaços para podermos ter uma visão geral do quebra-cabeça global e suas consequências para o Brasil. Até a semana que vem.

Coluna publicada às terças-feiras

*Rogerio Studart, Professor da UFRJ e Diretor Executivo Adjunto pelo Brasil no Banco Mundial. As opiniões aqui expressas são pessoais.

A China agora apostou em um processo voltado para o mercado interno. Joga fortemente na ampliação dos gastos das famílias que migram das áreas rurais